

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de
acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

ÍNDICE

Balancos patrimoniais.....	3
Demonstração do resultado do exercício.....	4
Demonstração dos resultados abrangentes.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	
1. Contexto operacional.....	8
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais práticas contábeis.....	9
4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas.....	13
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	13
6. Aplicações financeiras.....	13
7. Imobilizado.....	14
8. Intangível.....	15
9. Tributos e encargos sociais a recolher.....	16
10. Provisões.....	16
11. Patrimônio líquido	16
12. Custos de implementação da infraestrutura e despesas gerais e administrativas.....	17
13. Resultado financeiro.....	17
14. Transações com partes relacionadas.....	17
15. Instrumentos financeiros.....	18
16. Seguros.....	19
17. Compromissos.....	19
18. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário.....	20
19. Eventos subsequentes.....	24
20. Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	25

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	145	3
Aplicações financeiras	6	6.640	4.743
Créditos com partes relacionadas	14	1.031	317
Tributos e contribuições a compensar		88	1
Outros		10	2
		7.914	5.066
Imobilizado	7	18.816	11.561
Intangível	8	2.228	7
		21.044	11.568
Total do ativo		28.958	16.634

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Fornecedores		503	6.772
Partes relacionadas	14	190	119
Imposto de renda e contribuição social corrente			10
Tributos e encargos sociais a recolher	9	90	151
Provisões	10	231	
Obrigações trabalhistas		63	4
		1.077	7.056
Patrimônio líquido			
Capital social	11 (a)	29.700	10.300
Prejuízo acumulado		(1.819)	(722)
		27.881	9.578
Total do passivo e do patrimônio líquido		28.958	16.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Demonstração do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Nota	2018	2017
Custos e despesas	12		
Pessoal		(923)	(504)
Material		(26)	(10)
Depreciação		(35)	
Arrendamento e aluguéis		(56)	
Outras despesas operacionais		(29)	
Serviços de terceiros		(455)	(269)
		(1.524)	(783)
Resultado da Atividade		(1.524)	(783)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	13	432	65
Despesas financeiras	13	(5)	(4)
		427	61
Resultado antes dos impostos sobre o lucro			
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente			
Prejuízo líquido do exercício		(1.097)	(722)
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		(1.097)	(722)
Acionistas não controladores		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo líquido do exercício	(1.097)	(722)
Outros resultados abrangentes		
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(1.097)</u>	<u>(722)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Constituição da Companhia, conforme AGC de 18 de novembro de 2016.	11 (a)	1		1
Aumento de capital, conforme AGE de 18 de outubro de 2017	11 (a)	10.299		10.299
Prejuízo líquido do exercício			<u>(722)</u>	<u>(722)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11 (a)	10.300	(722)	9.578
Integralização de capital	11 (a)	19.400		19.400
Prejuízo líquido do exercício			<u>(1.097)</u>	<u>(1.097)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11 (a)	<u>29.700</u>	<u>(1.819)</u>	<u>27.881</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(1.097)	(722)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 12)	35	
Provisões (nota 10)	231	
	(831)	(722)
(Aumento) diminuição de ativos		
Partes relacionadas (nota 14)	(714)	(317)
Tributos e contribuições a compensar	(87)	(1)
Outros	(8)	(2)
	(809)	(320)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(6.269)	6.772
Partes relacionadas (nota 14)	71	119
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10)	10
Tributos e encargos sociais a recolher (nota 9)	(61)	151
Obrigações trabalhistas	59	4
	(6.210)	7.056
Caixa líquido originado das atividades operacionais	(7.850)	6.014
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras (nota 6)	(1.897)	(4.743)
Imobilizado (nota 7)	(7.265)	(11.561)
Intangível (nota 8)	(2.246)	(7)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(11.408)	(16.311)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento e integralização de capital (nota 11 (a))	19.400	10.299
Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	19.400	10.299
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	142	2
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	145	3
Variação em caixa e equivalentes de caixa	142	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Paraguaçu S.A (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada em conjunto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. (“ISA CTEEP”) e Transmissão Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), constituída em 18 de novembro de 2016, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, a provisão de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos conforme Contrato de Concessão a seguir:

1.2 Concessão

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês Base
03/2017	30	10.02.47	5 anos	2022	IPCA	106.613	Rap ofertada

Contrato nº 03/2017

Linha de transmissão situada entre a região sul do Estado da Bahia e a região norte do Estado de Minas Gerais, compostas pela Linha de Transmissão Poções III - Padre Paraíso 2, em 500 kV, segundo circuito, com extensão aproximada de 338km, com origem na Subestação Poções III e término na Subestação Padre Paraíso 2, entradas de linha, interligações de barramento, equipamentos de compensação e suas conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O empreendimento está previsto para entrada em operação comercial no dia 09 de fevereiro de 2022.

1.3 Licenças ambientais (informações não auditadas)

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, por meio de seu escritório regional de Uberlândia no Estado de Minas Gerais.

Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia (LP): até 09 de outubro de 2018. Obtida em 19 de outubro de 2018.
- Licença de Instalação (LI): até 09 de agosto de 2019.
- Licença de Operação (LO): até 09 de fevereiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2018, os gastos com estudos ambientais totalizaram R\$1.613.

1.4 Captação de recursos

A Companhia está avaliando as possibilidades existentes no mercado para a estruturação financeira do projeto, neste contexto, Bancos privados, Bancos de fomento, Mercado de Capitais entre outros são mecanismos dinâmicos e capazes de oferecer um retorno adequado aos acionistas.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1.5 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial da União de 05 de outubro de 2017, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS e a COFINS na aquisição de bens da concessão.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014 e orientações do Despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 18 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

3 Principais práticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia no momento em que a ONS apura/reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.3 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “*hedge*” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.5 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 7 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.6 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.7 Arrendamentos

(a) A Companhia como arrendatária

- *Arrendamentos operacionais*

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.9 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.11 Demonstração dos fluxos de caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº. 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho

- **CPC nº48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	<u>145</u>	<u>3</u>
	<u>145</u>	<u>3</u>

6 Aplicações financeiras

	% do CDI	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundos de investimento	99,98%	<u>6.640</u>	<u>4.743</u>
		<u>6.640</u>	<u>4.743</u>

Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente para CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

7 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

a) Ativo imobilizado em Serviço

	Custo em 2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2018	Adições Líquidas= (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Administração									
Maquinas e equipamentos				163	163		(10)	153	-
Subtotal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>163</u>	<u>163</u>	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>153</u>	<u>-</u>

b) Ativo imobilizado em Curso

	Custo em 2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2018	Adições Líquidas= (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Transmissão									
Outros	11.501	7.162			18.663	7.162		18.663	11.501
Administração									
Maquinas e equipamentos	60	103		(163)				-	60
Subtotal	<u>11.561</u>	<u>7.265</u>	<u>-</u>	<u>(163)</u>	<u>18.663</u>	<u>7.162</u>	<u>-</u>	<u>18.663</u>	<u>11.561</u>

c) Taxas anuais de depreciação do imobilizado em Serviço e em Curso

			2018	2017
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação Acumulada	Saldo
Em Serviço				
Administração	6,13%	163	(10)	153
		<u>163</u>	<u>(10)</u>	<u>153</u>

d) Composição das adições do imobilizado em Curso

	Material/Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Maquinas e Equipamentos		103	103
A Ratear		1.480	1.480
Desenvolvimento de Projetos		2.790	2.790
Adiantamento a fornecedores	2.892		2.892
Total das adições	<u>2.892</u>	<u>4.373</u>	<u>7.265</u>

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

8 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em Serviço

	Custo em 2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2018	Adições Líquidas= (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Administração									
Softwares				194	194		(25)	169	-
Subtotal	-	-	-	194	194	-	(25)	169	-

b) Ativo intangível em Curso

	Custo em 2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2018	Adições Líquidas= (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Transmissão									
Servidões		2.059			2.059			2.059	-
Administração									
Softwares	7	187		(194)	-			-	7
Subtotal	7	2.246	-	(194)	2.059	-	-	2.059	7

c) Taxas anuais de amortização

			2018	2017
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Bruto	Amortização Acumulada	Saldo
Em Serviço				
Administração	12,89%	194	(25)	169
		194	(25)	169

d) Composição das adições do intangível em curso

	Serviços de Terceiros	Total
Servidão	1.794	1.794
Software	187	187
Depósitos judiciais	265	265
	2.246	2.246

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

9 Tributos e encargos sociais a recolher

	2018	2017
Imposto de renda	86	123
Contribuição social	1	28
Outros	3	
	90	151

10 Provisões

	2018	2017
Bônus	231	
	231	-

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2018 é de 82.165.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

Em 2018, a composição do capital social autorizado totaliza R\$82.165 e capital social integralizado R\$29.700 (R\$10.300 em 31 de dezembro de 2017), representados por ações ordinárias e possui a seguinte composição acionária:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	%	Total	%
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A.	14.850	50	14.850	50
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	14.850	50	14.850	50
	29.700	100	29.700	100

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Durante o exercício de 2018 ocorreram os seguintes aumentos de capital:

- Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2017 - R\$7.100
- Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de março de 2018 - R\$5.000
- Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2018 - R\$4.800
- Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de novembro de 2018 - R\$2.500

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

12 Custos dos serviços de construção e despesas gerais e administrativas

	2018		2017
	Despesas	Total	Total
Pessoal	(923)	(923)	(504)
Serviços	(455)	(455)	(269)
Depreciação	(35)	(35)	
Material	(26)	(26)	(10)
Arrendamentos e aluguéis	(56)	(56)	
Outros	(29)	(29)	
	(1.524)	(1.524)	(783)

13 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras, líquido	422	65
Outras	10	
	432	65
Despesas		
IOF	(4)	(2)
Multas	(1)	(2)
	(5)	(4)
	427	61

14 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2018			2017		
		Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Compartilhamento de recursos humanos (a)	IVAÍ	1.031		714	317		317
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Aimorés		162	(162)			
Sublocação (b) e							
Prestação de serviços	CTEEP		28	(91)		119	(3.792)
Prestação de serviços	TAESA						(641)
		1.031	190	461	317	119	(4.116)

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (a) Em 13 de dezembro de 2018 foi encaminhado à ANEEL, conforme determina a Resolução Normativa nº 699/16, a solicitação de anuência prévia para o contrato de compartilhamento de recursos humanos entre a Companhia e suas partes relacionadas: (i) Interligação Elétrica Ivaí S.A – IVAÍ e (ii) Interligação Elétrica Aimorés S.A – AIMORÉS. O pleito tem por objetivo o rateio dos gastos com pessoal de maneira proporcional a Receita Anual Permitida – RAP ajustada de cada Companhia.
- (b) A partir da Nota Técnica nº 114/2018-SFF ANEEL de 09 de julho de 2018, foi anuído o direito da ISA CTEEP em compartilhar as despesas com TI e os gastos condominiais do edifício sede. A Companhia fisicamente está localizada no edifício sede da controladora em conjunto ISA CTEEP e como previsto na NT nº 114/2018 passou a compartilhar dos custos condominiais calculados com base na área ocupada, já para os gastos com TI o compartilhamento ocorre pela quantidade de usuários.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, não havendo ganhos associados.

15 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo através do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	2	145	3
Aplicações financeiras	2	6.640	4.743
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores		503	6.772
Partes relacionadas		1.031	317

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC vigente:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica.
- (iii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de aportes do Controlador ou captação junto a terceiros até sua entrada em operação.

16 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	07/02/2017 a 06/11/2022	50.960	498

- (a) **Patrimonial** - Cobertura de pagamento de multas e indenizações devidas à Administração Pública e indenização pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo fornecedor responsável em executar a construção, fornecimento ou prestação de serviços dos itens descritos na nota 1.2.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

17 Compromissos assumidos

Em 25 de outubro de 2017, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$367.000 na modalidade EPC Chave na Mão por Preço Fixo Global (*Lump Sum Turnkey*), referente ao fornecimento de todos os bens, equipamentos e materiais além da execução das obras da Linha de Transmissão. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 é de R\$354.383.

Em 08 de dezembro de 2017, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$16.140 na modalidade EPC Chave na Mão por Preço Fixo Global (*Lump Sum Turnkey*), referente a fornecimento de todos os bens, equipamentos e materiais e a execução das obras da subestação Padre Paraíso 2. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 é de R\$14.684.

Em 15 de janeiro de 2018, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$25.935 na modalidade EPC chave na mão por preço fixo global (*Lump Sum Turnkey*), referente a fornecimento de todos os bens, equipamentos e materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação e perfeito funcionamento do empreendimento constituído pela ampliação da subestação de Poções III. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 é de R\$25.935.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

Ativo	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	145		145	3		3
Aplicações financeiras	6.640		6.640	4.743		4.743
Contas a receber de partes relacionadas	1.031		1.031	317		317
Tributos e contribuições a compensar	88		88	1		1
Outros	10		10	2		2
	7.914	-	7.914	5.066	-	5.066
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber (Ativo da Concessão)		24.651	24.651		12.869	12.869
	-	24.651	24.651	-	12.869	12.869
Imobilizado	18.816	(18.663)	153	11.561	(11.501)	60
Intangível	2.228	(2.059)	169	7		7
	21.044	(20.722)	322	11.568	(11.501)	67
Total do ativo	28.958	3.929	32.887	16.634	1.368	18.002

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2018			2017		
Passivo	<u>Regulatório</u>	<u>Reclassificação/ Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Reclassificação/ Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Circulante						
Fornecedores	503		503	6.772		6.772
Contas a pagar de partes relacionadas	190		190	119		119
Imposto de renda e contribuição social corrente				10		10
Tributos e encargos sociais a recolher	90		90	151		151
Provisões	231		231			
Obrigações trabalhistas	63		63	4		4
	<u>1.077</u>	<u>-</u>	<u>1.077</u>	<u>7.056</u>	<u>-</u>	<u>7.056</u>
Não circulante						
Exigível a longo prazo						
PIS e COFINS diferidos		2.280	2.280	-	470	470
Imposto de renda e contribuição social diferidos		530	530	-	396	396
	<u>-</u>	<u>2.810</u>	<u>2.810</u>	<u>-</u>	<u>866</u>	<u>866</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	29.700		29.700	10.300		10.300
Lucro/(Prejuízo) acumulado	(1.819)	1.119	(700)	(722)	502	(220)
	<u>27.881</u>	<u>1.119</u>	<u>29.000</u>	<u>9.578</u>	<u>502</u>	<u>10.080</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>28.958</u>	<u>3.929</u>	<u>32.887</u>	<u>16.634</u>	<u>1.368</u>	<u>18.002</u>

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2018			2017		
	<u>Regulatório</u>	<u>Reclassificação/ Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Reclassificação/A justes</u>	<u>Societário</u>
Operação em continuidade						
Disponibilidade do sistema de transmissão		11.892	11.892		12.869	12.869
Custos dos serviços de construção		(9.221)	(9.221)		(11.501)	(11.501)
	<u>-</u>	<u>2.671</u>	<u>2.671</u>	<u>-</u>	<u>1.368</u>	<u>1.368</u>
Tributos						
PIS		(324)	(324)		(84)	(84)
COFINS		(1.491)	(1.491)		(386)	(386)
	<u>-</u>	<u>(1.815)</u>	<u>(1.815)</u>	<u>-</u>	<u>(470)</u>	<u>(470)</u>
Receita Líquida	<u>-</u>	<u>856</u>	<u>856</u>	<u>-</u>	<u>898</u>	<u>898</u>
Custos e despesas						
Pessoal	(923)		(923)	(504)		(504)
Material	(26)		(26)	(10)		(10)
Depreciação e amortização	(35)		(35)			
Arrendamento e aluguéis	(56)		(56)			
Outras despesas operacionais	(29)		(29)			
Serviços de terceiros	(455)		(455)	(269)		(269)
	<u>(1.524)</u>	<u>-</u>	<u>(1.524)</u>	<u>(783)</u>	<u>-</u>	<u>(783)</u>
Resultado da Atividade	<u>(1.524)</u>	<u>856</u>	<u>(668)</u>	<u>(783)</u>	<u>898</u>	<u>115</u>
Resultado Financeiro						
Receitas financeiras	432		432	65		65
Despesas financeiras	(5)		(5)	(4)		(4)
	<u>427</u>	<u>-</u>	<u>427</u>	<u>61</u>	<u>-</u>	<u>61</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	<u>(1.097)</u>	<u>856</u>	<u>(241)</u>	<u>(722)</u>	<u>898</u>	<u>176</u>
Despesas com Imposto de renda e contribuição social						
Diferido		(146)	(146)		(396)	(396)
Resultado líquido do exercício	<u>(1.097)</u>	<u>710</u>	<u>(387)</u>	<u>(722)</u>	<u>502</u>	<u>(220)</u>
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	(1.097)	710	(387)	(722)	502	(220)
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-

Interligação Elétrica Paraguai S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

18.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo de Concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

18.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01 e ICPC 47.

18.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

Interligação Elétrica Paraguaçu S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

19 Eventos subsequentes

Aprovado pela Reunião do Conselho de Administração de 23 de janeiro de 2019 o aporte de R\$10.000 (R\$5.000 referente a participação acionária da ISA CTEEP e R\$5.000 referente a participação acionária da TAESA) realizado no dia 06 de fevereiro de 2019. Aprovado pela Reunião do Conselho de Administração de 20 de fevereiro de 2019 o aporte de R\$15.000 (R\$7.500 referente a participação acionária da ISA CTEEP e R\$7.500 referente a participação acionária da TAESA) realizado no dia 06 de fevereiro de 2019. O Capital integralizado após os aportes será de R\$54.700 frente ao Capital autorizado de R\$82.165.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre a qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de março de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP